

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	44
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	46
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	47
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	48
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	278.399.525
Preferenciais	278.399.525
Total	556.799.050
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	3.120.367	3.066.903
1.01	Ativo Circulante	324.656	303.543
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	89.882	71.562
1.01.02	Aplicações Financeiras	168.092	185.068
1.01.03	Contas a Receber	54.248	37.745
1.01.03.01	Clientes	54.248	37.745
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.061	5.985
1.01.07	Despesas Antecipadas	150	2.336
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.223	847
1.01.08.03	Outros	3.223	847
1.02	Ativo Não Circulante	2.795.711	2.763.360
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	186.233	173.807
1.02.01.03	Contas a Receber	4.358	4.258
1.02.01.06	Tributos Diferidos	181.875	169.549
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	181.875	169.549
1.02.03	Imobilizado	7.486	7.477
1.02.04	Intangível	2.601.992	2.582.076

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	3.120.367	3.066.903
2.01	Passivo Circulante	302.231	274.071
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.743	8.803
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.206	1.364
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.537	7.439
2.01.02	Fornecedores	71.347	67.057
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	71.347	67.057
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.623	6.202
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.133	2.285
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.490	3.917
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	201.994	186.837
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	61.261	59.012
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	61.261	59.012
2.01.04.02	Debêntures	140.733	127.825
2.01.05	Outras Obrigações	16.524	5.172
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.968	3.597
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	14.968	3.597
2.01.05.02	Outros	1.556	1.575
2.01.05.02.04	Direito de Outorga da concessão	656	744
2.01.05.02.05	Outros passivos	900	831
2.02	Passivo Não Circulante	2.043.894	1.994.631
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.707.168	1.678.729
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	314.939	343.500
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	314.939	343.500
2.02.01.02	Debêntures	1.392.229	1.335.229
2.02.02	Outras Obrigações	332.380	312.033
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	331.661	310.912
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	331.661	310.912
2.02.02.02	Outros	719	1.121
2.02.04	Provisões	4.346	3.869
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	313	350
2.02.04.02	Outras Provisões	4.033	3.519
2.03	Patrimônio Líquido	774.242	798.201
2.03.01	Capital Social Realizado	556.799	556.799
2.03.02	Reservas de Capital	195.988	195.988
2.03.04	Reservas de Lucros	45.414	45.414
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-23.959	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	151.774	295.331	205.096	401.081
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-66.603	-119.668	-118.534	-223.043
3.03	Resultado Bruto	85.171	175.663	86.562	178.038
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.970	-13.483	-8.003	-15.237
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.993	-13.431	-7.959	-14.633
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-6.051	-11.326	-6.939	-12.917
3.04.02.02	Honorários dos administradores	-942	-2.105	-1.020	-1.716
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	23	0	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-52	-44	-604
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	78.201	162.180	78.559	162.801
3.06	Resultado Financeiro	-90.134	-198.465	-75.378	-153.203
3.06.01	Receitas Financeiras	7.737	13.849	9.120	16.689
3.06.02	Despesas Financeiras	-97.871	-212.314	-84.498	-169.892
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-11.933	-36.285	3.181	9.598
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.674	12.326	-1.000	-3.183
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-8.259	-23.959	2.181	6.415
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-8.259	-23.959	2.181	6.415
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do lucro líquido nos exercícios apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	79.671	94.634
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	191.035	186.032
6.01.01.01	Prejuízo do período antes do IR e CS	-36.285	9.598
6.01.01.02	Depreciação e amortização	29.374	25.301
6.01.01.03	Provisão de conserva especial	316	282
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	197.849	150.711
6.01.01.05	Margem de construção - infraestrutura	-483	-1.561
6.01.01.06	Provisão para contingências	-37	0
6.01.01.07	Perda na baixa de imobilizado e intangível	301	1.701
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-18.641	-2.768
6.01.02.01	Contas a receber	-16.503	2.712
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-3.495	-2.981
6.01.02.03	Despesas antecipadas	2.186	2.006
6.01.02.04	Outros ativos	-2.480	-2.809
6.01.02.05	Salários e encargos sociais	-1.060	683
6.01.02.06	Fornecedores	4.290	-1.644
6.01.02.07	Tributos a pagar	-1.579	-735
6.01.03	Outros	-92.723	-88.630
6.01.03.01	Juros pagos - BNDES	-19.399	-23.505
6.01.03.02	Juros pagos - Debêntures	-73.324	-65.125
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.648	-69.816
6.02.01	Adições ao intangível	-48.156	-154.623
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado	-961	-2.603
6.02.03	Aplicações financeiras	30.469	87.410
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-42.703	90.062
6.03.01	Pagamento de empréstimos	-42.703	-27.048
6.03.02	Captação de empréstimos	0	117.110
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	18.320	114.880
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	71.562	56.760
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	89.882	171.640

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	45.414	0	0	798.201
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	45.414	0	0	798.201
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-23.959	0	-23.959
5.04.08	Prejuízos do Pedríodo	0	0	0	-23.959	0	-23.959
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	45.414	-23.959	0	774.242

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	3.317	0	0	756.104
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	3.317	0	0	756.104
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.415	0	6.415
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.415	0	6.415
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	3.317	6.415	0	762.519

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	318.795	424.359
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-79.052	-186.785
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-79.052	-186.785
7.03	Valor Adicionado Bruto	239.743	237.574
7.04	Retenções	-29.374	-25.301
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29.374	-25.301
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	210.369	212.273
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.799	16.085
7.06.02	Receitas Financeiras	13.849	16.689
7.06.03	Outros	-50	-604
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	224.168	228.358
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	224.168	228.358
7.08.01	Pessoal	17.338	18.471
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.966	14.318
7.08.01.02	Benefícios	3.370	3.311
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.002	842
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.836	28.988
7.08.02.01	Federais	263	15.496
7.08.02.02	Estaduais	65	88
7.08.02.03	Municipais	13.508	13.404
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	216.953	174.484
7.08.03.01	Juros	212.314	169.892
7.08.03.02	Aluguéis	3.443	3.736
7.08.03.03	Outras	1.196	856
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-23.959	6.415
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-23.959	6.415

Comentário do Desempenho

Itatiba, 13 de Agosto de 2015 - A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia") divulga hoje seus resultados referentes ao 2º Trimestre de 2015 ("**2T15**").




1. Perfil da Companhia

Em abril de 2009, a Companhia assumiu a operação e a administração, sob o regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I ("Corredor"), formado pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamentos da SP-083 - Anel Sul de Campinas e via perimetral de Itatiba, além de outros segmentos de rodovias transversais. Adicionalmente, a Companhia é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

A Companhia tem como objeto a exploração do Corredor Dom Pedro I com prazo de concessão de 30 anos, compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema; (ii) o apoio na execução dos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Agradecemos aos usuários, aos acionistas, aos colaboradores, aos financiadores e aos órgãos governamentais, pela confiança, apoio e parceria, contribuições fundamentais para o sucesso dessa promissora trajetória.

2. Destaques

-  Crescimento de 2,6% no EBITDA em relação a 2T14;
-  Prêmio de Concessionária do ano, na categoria Qualidade de Serviços, concedido pela ARTESP;
-  Entrega do Posto Geral de Fiscalização (SP-332).

3. Desempenho Econômico Financeiro

Tráfego

Tráfego	milhares						
	Categoria	2T15	2T14	Var. %	1S15	1S14	Var. %
Pesado		13.492	14.655	-7,9%	27.168	29.149	-6,8%
%Veic. Eq. Totais		60,1%	62,5%	-2,4 p.p.	59,8%	61,7%	-1,9 p.p.
Leve		8.945	8.781	1,9%	18.261	18.122	0,8%
%Veic. Eq. Totais		39,9%	37,5%	2,4 p.p.	40,2%	38,3%	1,9 p.p.
Total Veq.		22.437	23.436	-4,3%	45.429	47.271	-3,9%

Nota: Veículos equivalentes ("VEQ") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de eixos).

Comentário do Desempenho

Em 2T15, o tráfego pedagiado alcançou um total de 22.437 mil em VEQ, apresentando redução de 4,3% ante aos 23.436 mil em 2014.

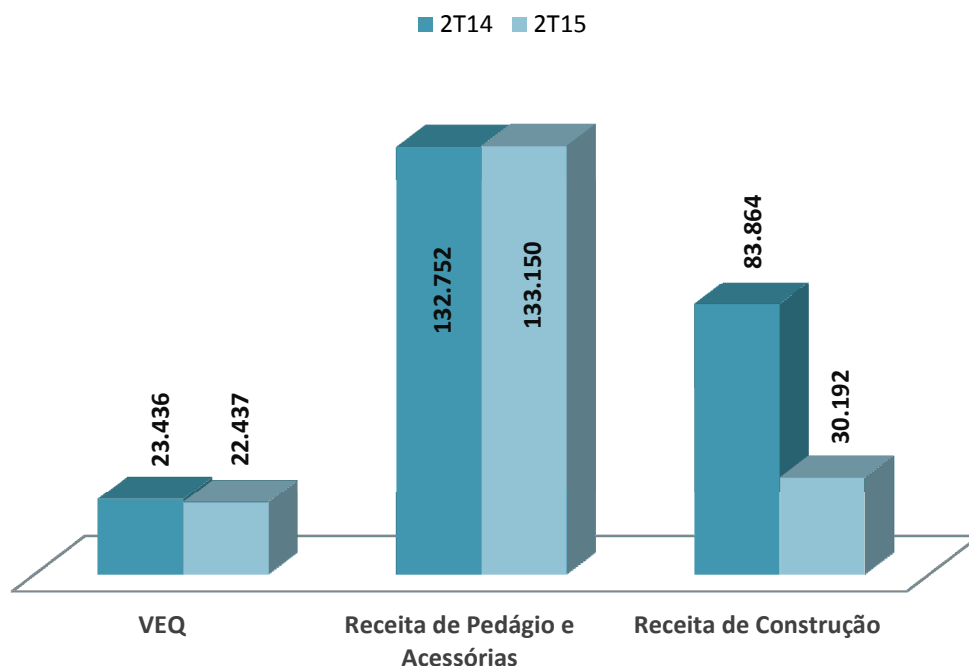
Receita Bruta

Demonstração do Resultado Descrição	Em milhares de reais					
	2T15	2T14	Var. %	1S15	1S14	Var. %
Receita bruta de serviços	163.342	216.617	-24,6%	318.808	424.359	-24,9%
Receitas de pedágio	131.949	131.682	0,2%	268.136	266.239	0,7%
% Receita Totais	86,9%	64,2%	22,7 p.p.	90,8%	66,4%	24,4 p.p.
Receitas acessórias e outras	1.200	1.071	12,1%	2.226	2.009	10,8%
% Receita Totais	0,8%	0,5%	0,3 p.p.	0,8%	0,5%	0,3 p.p.
Receita de construção	30.192	83.864	-64,0%	48.446	156.111	-69,0%
% Receita Totais	19,9%	40,9%	-21 p.p.	16,4%	38,9%	-22,5 p.p.
Impostos e contribuições sobre serviço	- 11.568	- 11.521	0,4%	- 23.477	- 23.278	0,9%
Receita líquida de serviços	151.774	205.096	-26,0%	295.331	401.081	-26,4%

A **Receita Bruta** da Companhia totalizou R\$ 163.342 mil, apresentando uma redução de 24,6% no 2T15 em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação refere-se à Receita de Construção, que no 2T15 realizou 64,0% abaixo, em comparação ao 2T14.

As **Receitas de Pedágio** totalizaram R\$ 131.949 mil, o que representou um aumento de 0,2%.

No 2T15, as deduções da receita bruta totalizaram R\$ 11.568, apresentando um aumento de 0,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Abaixo, apresentaremos um gráfico com os comparativos dos trimestres apresentados de VEQ, Receita de Pedágio e Acessórias e Receita de Construção:



Comentário do Desempenho

Custos e Despesas

Os Custos Totais refletem os Custos Operacionais, Custos dos Serviços Prestados, os Custos de Construção e as Despesas Gerais e Administrativas.

Descrição	Em milhares de reais					
	2T15	2T14	Var. %	1S15	1S14	Var. %
Custos	(66.603)	(118.534)	-43,8%	(119.669)	(223.043)	-46,3%
Custos dos Serviços Prestados	(21.074)	(22.565)	-6,6%	(42.334)	(43.190)	-2,0%
Custos de Construção	(29.890)	(83.025)	-64,0%	(47.961)	(154.550)	-69,0%
Depreciação/Amortização	(15.639)	(12.944)	20,8%	(29.373)	(25.303)	16,1%
Despesas	(6.993)	(7.959)	-12,1%	(13.431)	(14.633)	-8,2%
Total	(73.596)	(126.492)	-41,8%	(133.099)	(237.677)	-44,0%

Os Custos dos Serviços Prestados totalizaram R\$ 21.074 mil, uma redução de 6,6% em comparação com 2T14, que reflete a manutenção da austeridade de controle e de negociação adotada pela Companhia nas contratações de serviços, o que permitiu um crescimento abaixo da inflação.

Os Custos de Construção atingiram R\$ 29.890 mil, redução de 64,0% quando comparados com o 2T14.

Os Custos com Depreciação/Amortização apresentaram um acréscimo no 2T15 de 20,8% ante ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 15.639 mil.

As Despesas Gerais e Administrativas somaram R\$ 6.993 mil, representando uma redução de 12,1% no 2T15, quando comparadas ao mesmo período do ano anterior, demonstrando uma melhora na gestão de equipes e processos.

No 2T15, os gastos consolidados da Companhia totalizaram R\$ 73.569 mil, apresentando uma redução de 41,8% em relação à 2T14. A redução citada refere-se, principalmente, aos Custos de Construção, provenientes do total de investimentos realizados pela Companhia.

EBITDA

Descrição	Em milhares de reais					
	2T15	2T14	Var. %	1S15	1S14	Var. %
Resultado do exercício	- 8.259	2.181	-478,8%	- 23.959	6.415	-473,5%
(+/-) Resultado financeiro, líquido	90.134	75.378	19,6%	198.465	153.203	29,5%
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	- 3.674	1.000	-467,4%	- 12.326	3.183	-487,3%
EBIT	78.200	78.559	-0,5%	162.179	162.800	-0,4%
Margem EBIT (%)	51,5%	38,3%	13,2 p.p.	54,9%	40,6%	14,3 p.p.
Depreciação e amortização	15.639	12.944	20,8%	29.373	25.301	16,1%
EBITDA	93.839	91.503	2,6%	191.553	188.102	1,8%
Margem EBITDA (%)	61,8%	44,6%	17,2 p.p.	64,9%	46,9%	18 p.p.
Margem de Construção ¹	- 301	- 839	-64,1%	- 483	- 1.561	-69,0%
Provisão Conserva Especial ²	160	144	11,2%	316	284	11,2%
Outras receitas (despesas), líquidas	- 23	44	-152,1%	52	604	-91,4%
EBITDA Ajustado	93.675	90.852	3,1%	191.436	187.429	2,1%
Margem EBITDA Ajustado (%)	77,0%	74,9%	2,1 p.p.	77,5%	76,5%	1 p.p.

¹ É a margem de 1% reconhecida sobre os custos relativo ao serviço de construção prestado, conforme Orientação OCPC 05.

² Provisão para manutenção ou recomposição da infraestrutura.

Comentário do Desempenho

O EBITDA Ajustado atingiu no 2T15 o montante de R\$ 93.675 mil, registrando aumento de 3,1% em relação ao 2T14. Este aumento é reflexo da retração dos custos operacionais e despesas administrativas.

Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de reais					
	2T15	2T14	Var. %	1S15	1S14	Var. %
Receitas Financeiras	7.737	9.120	-15,2%	13.849	16.689	-17,0%
Despesas Financeiras	(97.871)	(84.498)	15,9%	(212.314)	(169.892)	25,0%
Resultado Financeiro Líquido	(90.134)	(75.378)	19,6%	(198.465)	(153.203)	29,5%

No segundo trimestre de 2015, o **Resultado Financeiro Líquido** da Companhia atingiu o valor de R\$ 90.134 mil negativos, registrando um aumento de 19,6% ante ao 2T14 devido ao aumento das despesas financeiras, reflexo do aumento da inflação (IPCA) e da taxa de juros de longo prazo (TJLP). As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 7.737 mil no 2T15, o que significa uma redução de 15,2% sobre o mesmo período do ano anterior.

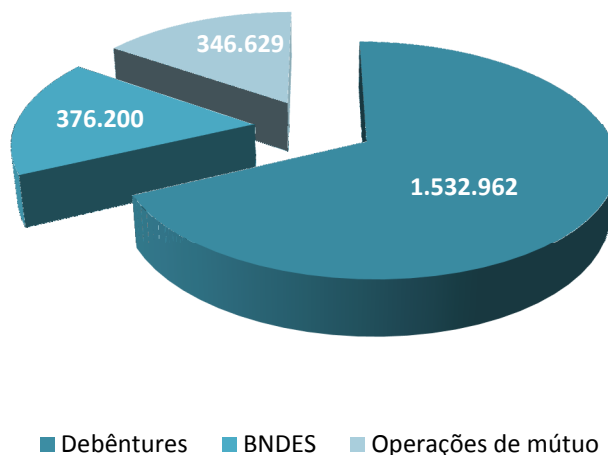
Endividamento

Descrição	Em milhares de reais		
	30 de junho de 2015	31 de março de 2015	Var. %
Dívida Bruta	2.255.791	2.187.353	3,1%
Empréstimos e Debêntures	1.909.162	1.855.257	2,9%
Operações de mútuo	346.629	332.095	4,4%
Caixa e Equivalente de Caixa	(89.882)	(56.751)	58,4%
Dívida Líquida	2.165.909	2.130.602	1,7%

O Endividamento da Companhia no 2T15 apresentou um acréscimo de 1,7% comparado ao 1T15, totalizando R\$ 2.165.909 mil, sendo parte deste valor referente a operações com partes relacionadas (mútuo), que refletiram no aumento de 4,4% em comparação com o primeiro trimestre. Todo endividamento da Companhia é em moeda nacional.

Composição da Dívida		
Descrição	30 de junho de 2015	Var. %
Debêntures	1.532.962	68,0%
BNDES	376.200	16,7%
Operações de mútuo	346.629	15,4%
Total	2.255.791	100,0%

Comentário do Desempenho



Nota: Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

Investimentos

O investimento da Companhia no 2T15 foi de R\$ 49.600 mil. Listamos abaixo as principais obras realizadas:

- ✓ Implantação das marginais da Rodovia Dom Pedro I (SP-065);
- ✓ Prolongamento do anel viário na Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083);
- ✓ Obras de recuperação e conservação especial nos dispositivos viários, entre eles, pontes, viadutos e passarelas;
- ✓ Obras de recuperação especial de pavimento, microrrevestimento impermeável e melhorias com sinalização;
- ✓ Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como, barreiras de concreto e defensas metálicas.

4. Informações sobre a Companhia

Indicadores Operacionais

A Companhia realizou aproximadamente 38 mil atendimentos no 1S15. Os atendimentos estão abaixo relacionados:

- ✓ 63,6% de serviços de inspeção;
- ✓ 23,5% de serviços de guinchos;
- ✓ 8,6% de serviços mecânicos;
- ✓ 3,7% de serviços pré-hospitalares e;
- ✓ 0,7% de serviços com caminhão pipa, apreensão de animais e apoio em geral.

Comentário do Desempenho

Gestão de Pessoas

A Companhia utiliza a Tecnologia Empresarial Odebrecht ("TEO") como ferramenta fundamental na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No final deste trimestre, o efetivo era de 553 integrantes diretos.

Menor Aprendiz

A Companhia, em parceria com a Instituição Centro de Integração Empresa Escola ("C.I.E.E."), por meio do Projeto Menor Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho. No final do trimestre a Companhia encontra-se com o seu efetivo de 8 aprendizes.

Rota da Inclusão

A Companhia iniciou em 2014 o programa Rota da Inclusão, que tem por objetivo a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, sendo estes integrantes alocados em diversas áreas, dentre elas a arrecadação. No final do trimestre, a Companhia encontra-se com o seu efetivo de 23 PCD's (Pessoas com Deficiência).

5. Governança Corporativa

Na Companhia, o objetivo da governança corporativa é garantir que as melhores práticas adotadas pelo mercado sejam aplicadas na condução e gestão do negócio, alinhando a tomada de decisões que proporcione o crescimento e a perenidade do negócio com o retorno do investimento realizado pelos acionistas.

A Companhia, alinhada com as recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destaca as principais práticas adotadas atualmente:

Conselho de Administração

É composto pelo Presidente, 5 conselheiros e seus respectivos suplentes, os quais foram eleitos pela Assembleia Geral, com um mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. A destituição dos Conselheiros poderá se dar a qualquer tempo pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral.

Todos os membros do Conselho de Administração foram investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício do cargo até a investidura de seus sucessores.

O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os seus membros, sendo que o mesmo terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

Comentário do Desempenho

As regras de funcionamento e de reuniões do Conselho de Administração estão contidas no Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração aprovado na Reunião de Conselho da Companhia em 19 de junho de 2013.

Auditoria e Demonstrações Financeiras

Em 02 de abril de 2015, a Companhia contratou a Grant Thornton Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa das suas demonstrações financeiras. Não houve neste período a prestação de quaisquer outros serviços pelos auditores independentes que não fossem os relacionados à auditoria externa, conforme menção acima.

As informações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Conduta e Código de Ética

Em 11 de junho de 2014 foi aprovado o Código de Conduta e o Sistema de Conformidade da Companhia.

O Sistema de Conformidade da Companhia é composto por canais de comunicação confidenciais, tanto 0800, quanto sítio na Web, que possibilitam que a Companhia receba relatos de desvios do Código de Conduta, os quais são tratados por um Comitê de Ética.

Além do Código de Conduta da própria Companhia, também foi aprovado o Código de Conduta dos Fornecedores, o qual passou a ser parte integrante aos contratos firmados pela Companhia com quaisquer de seus prestadores de serviço.

Transparência e Gestão

A Companhia mantém em seu *website* espaço dedicado à área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das suas informações e resultados.

A Companhia divulga de forma tempestiva as informações trimestrais e anuais legalmente exigidas e utiliza práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

6. SUSTENTABILIDADE

Responsabilidade Socioambiental

No 2T15, a Companhia manteve as campanhas divulgadas anteriormente, tais como: Por Cima do Risco, Parada Legal de Carros, Caminhões e Motos, Caia na Rede, Programa Rota Saudável, Party, Rota da Educação, Turismo do Saber e Rota Reciclável.

Comentário do Desempenho

Meio Ambiente

A Companhia tem consciência da importância de seu papel ativo no desenvolvimento sustentável de sua malha viária. Para reforçar esse compromisso, investe fortemente na preservação e na recuperação ambiental da região. A cada intervenção para a execução de algum tipo de melhoria nas rodovias é realizado um significativo e criterioso trabalho de compensação ambiental, com o objetivo de garantir o desenvolvimento social e econômico sustentável da região. Para cada árvore nativa afetada pelas obras de ampliação das rodovias, outras 25 mudas são plantadas, como medida de compensação.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações semestrais de 30 de junho de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (Companhia) foi constituída em 9 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 3 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – (ARTESP), em 2 de abril de 2009.

O Corredor Dom Pedro I possui atualmente a extensão de 277 km e poderá ser acrescido da construção de 20 km adicionais, totalizando 297 km ao término da concessão. É constituído pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 e outros segmentos de rodovias transversais. Adicionalmente, a Companhia é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

Em 30 de junho de 2010, a Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), através da publicação do Ofício CVM nº 16/2010.

As atividades são realizadas com base em contrato de serviços de longo prazo de concessões públicas:

Objeto do contrato	Prazo	Poder concedente
Exploração do Sistema Rodoviário, que consiste na manutenção e melhorias dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.	30 anos	Estado de São Paulo

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela diretoria da Companhia em 27 de julho de 2015.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a valor justo. Assim, essas demonstrações contábeis intermediárias incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão reconhecidos no resultado através da projeção de curva de demanda, e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação do imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis intermediárias, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis intermediárias estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras encontram-se registrados ao valor justo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 30 de junho de 2015, compõem parte do saldo da rubrica de "Aplicações financeiras" (Nota 8).

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 30 de junho de 2015, compreendem as rubricas "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber" e "Outros ativos" (Notas 7 e 9).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de difícil realização.

e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

Notas Explicativas

f) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis intermediárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 10).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

g) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

i) Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

Notas Explicativas

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) *Software*

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 12.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(iii) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento de concessões (direito de outorga) são capitalizados e amortizados pela curva de demanda.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “Direito de Outorga da Concessão”, no ativo intangível (Nota 12 (a)). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda utilizada como base nas projeções da Companhia durante o prazo de concessão.

j) Provisões

A Companhia reconheceu provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os últimos 2 anos, descontados a valor presente de 11,2% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos. Esta provisão para conserva especial está registrada pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço, totalizando em 30 de junho de 2015 – R\$ 4.033 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 3.519).

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança (Nota 15).

Notas Explicativas

k) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente de cada fornecedor, inclusive fornecedor com partes relacionadas (Nota 14).

l) Credor pela aquisição da concessão

Nessa rubrica é registrada a provisão mensal do ônus variável da concessão, referente aos serviços de regulação e fiscalização realizados pela ARTESP. Esse valor corresponde à alíquota de 1,5% sobre a receita bruta, sendo liquidado mensalmente.

m) Empréstimos e debêntures

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e emissão de debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

n) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

o) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos do imobilizado nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros, sendo estes equipamentos de fiscalização (Radar), lançados na rubrica de máquinas e equipamentos. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo, ou pelo prazo contratual, dos dois o menor.

Notas Explicativas

p) Reconhecimento de receita

(i) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida pelo valor justo da contra prestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, por referência ao estágio de conclusão da construção.

Para apuração do valor justo, a Companhia utiliza o custo de construção, mais 1% de margem.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2015	2014	2015	2014	2015	2014
48.446	156.111	(47.963)	(154.550)	483	1.561

q) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência (ODEPREV), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. (ODB), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no semestre findo em 30 de junho de 2015 e de 2014 foram de R\$ 94 e R\$ 101, respectivamente.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

Notas Explicativas

r) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 30 de junho de 2015, a Companhia possui provisão no montante de R\$ 2.840 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 4.648).

2.3. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A sua adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e também não foi adotada pela Companhia.

- **O IFRS 9** – "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018;
- **IFRS 15** – "Receita de Contratos com Clientes". O princípio fundamental da nova norma é que as empresas reconheçam a receita para retratar a transferência de bens ou serviços a clientes nos montantes que refletem a contraprestação (ou seja, o pagamento), ao qual a empresa espera ter direito em troca de tais bens ou serviços. O novo padrão também irá resultar em divulgações sobre a receita, fornecer orientações para as operações que não foram previamente tratados de forma abrangente (por exemplo, a receita de serviços e contratos de modificações) e melhorar a orientação para contratos de vários elementos. Em maio de 2014 o IASB emitiu o IFRS15, com vigência a partir dos períodos anuais iniciados em/ou a partir de 1º de janeiro de 2017;
- alterações aos IAS 16 e IAS 38, referente a esclarecimentos sobre a metodologia aceitável de depreciação e amortização. As alterações do IAS 16 recomendam que as entidades utilizem o método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações sobre IAS 38 traz uma interpretação de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível. A emissão dos novos esclarecimentos foi em 12 de maio de 2014 e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.4. (Prejuízo) lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do (prejuízo) lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Notas Explicativas

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o semestre findo em 30 de junho de 2015 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) **Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros**

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o semestre findo em 30 de junho de 2015 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

c) **Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) **Reconhecimento de receita de construção**

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC 01.

Notas Explicativas

e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos, arrendamento mercantil, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Notas Explicativas

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 30 de junho de 2015				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	72.903	-	-	-
BNDES (i)	84.004	82.356	219.377	134.515
Debêntures (i)	191.297	208.388	684.108	2.271.431
Mútuo com partes relacionadas (i)	23.473	25.227	83.250	795.034
Em 31 de dezembro de 2014				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	68.631	-	-	-
BNDES (i)	77.901	78.671	214.439	168.893
Debêntures (i)	173.885	203.876	626.420	2.303.286
Mútuo com partes relacionadas (i)	71.008	24.319	80.252	766.410

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e do índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a esta variável são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e o índice de inflação IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Notas Explicativas

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas as projeções apresentadas abaixo (*):

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	6,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%
IPCA	8,5%	6,5%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%

(*) Fonte: Projeção Banco Santander - 30/06/2015.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e, no índice de inflação IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
TJLP (*)	6,91%	8,64%	10,36%
IPCA (*)	5,51%	6,88%	8,26%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2014 a 2025 das taxas apresentadas acima.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Empréstimo BNDES	abr/25	Alta na TJLP	114.460	134.956	155.169

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures	jul/24	Alta no IPCA	2.288.225	2.519.258	2.766.662
Empréstimo BNDES	mai/22	Alta no IPCA	38.906	42.727	46.429
Mútuo com partes					
Relacionadas	out/25	Alta no IPCA	626.984	375.773	856.958

Notas Explicativas

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o semestre findo em 30 de junho de 2015.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia apresentou valores a receber do sistema eletrônico de pedágio (AVI) no montante de R\$ 51.930 (31 de dezembro 2014 – R\$ 34.611), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”. Pela cobrança ser administrada por empresa controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como baixo o risco de crédito oriundo destas contas a receber, por considerar que o mesmo esteja mitigado entre as concessionárias do setor rodoviário.

f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

g) Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

Notas Explicativas

4.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro 2014 podem ser assim sumariados:

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 13)	1.909.162	1.865.566
Operações de mútuo com partes relacionadas (Nota 14)	346.629	314.508
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(89.882)	(71.562)
Aplicações financeiras (Nota 8)	(168.092)	(185.068)
Dívida líquida	1.997.817	1.923.444
Total do patrimônio líquido	774.242	798.201
Total do capital	2.772.059	2.721.645
Índice de alavancagem financeira - %	72	71

4.2. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	89.882	71.562
Aplicações financeiras	168.092	185.068	-	-
Contas a receber e outros ativos	-	-	61.829	42.850
	168.092	185.068	151.711	114.412
Outros passivos financeiros				
			30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e debêntures			1.909.162	1.865.566
Operações de mútuo com partes relacionadas			346.629	314.508
Fornecedores e outras obrigações			76.153	71.409
			2.331.944	2.251.483

Notas Explicativas

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
AVI	51.930	34.611
Outros	2.318	3.134
Total de contas a receber	54.248	37.745
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	253.996	252.637
	253.996	252.637
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa Geral	1.204	1.416
Numerário em Trânsito	2.356	2.240
Fundo de Troco	418	337
	3.978	3.993
	257.974	256.630

7. Caixa e equivalentes de caixa

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Caixa geral	1.204	1.416
Bancos conta movimento	409	897
Numerário em trânsito (i)	2.356	2.240
Fundo de troco	418	337
Aplicações financeiras (ii)	85.495	66.672
	89.882	71.562

- (i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente;
- (ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), compromissadas e fundos de investimentos, remunerados a taxas que variam entre 97,5% e 101,9% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

8. Aplicações financeiras

Em 30 de junho de 2015, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 168.092 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 185.068).

Referem-se a fundos de investimentos, remunerados a taxas de 100,2% e 102,3% do CDI (2014 – 100,% a 101,1%).

A Companhia deverá utilizar os recursos referentes às aplicações financeiras exclusivamente para ampliações e melhoramentos no Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, com base nas projeções divulgadas pela Companhia.

Notas Explicativas

9. Contas a receber

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
AVI	51.930	34.611
Outras contas a receber	2.318	3.134
	54.248	37.745

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 30 de junho de 2015, a administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	156.773	132.790
Amortização da outorga	1.399	1.619
Benefício fiscal (ágio) (I)	146.991	156.790
Outras diferenças temporárias	1.422	1.614
	306.585	292.813
Passivo não circulante		
Amortização do intangível (curva de demanda)	-	70.499
Amortização da outorga (curva de demanda)	33.058	30.470
Margem de construção	4.934	5.078
Encargos financeiros	17.972	17.217
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº. 12.973)	68.746	-
	124.710	123.264

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	306.585	292.813
Tributos diferidos passivos	(124.710)	(123.264)
	181.875	169.549

A variação líquida do semestre findo em 30 de junho de 2015 relativa aos impostos diferidos totalizou um saldo de R\$ 12.326.

Notas Explicativas

- (i) A expectativa da administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio (fundamentado em perspectiva de resultados futuros) reconhecido em função da incorporação de parte do acervo líquido da Controladora anterior (Odebretch TransPort Participações S.A.), a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Compensação		Total
	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefício fiscal (ágio)	
2015	-	9.800	9.800
2016	954	19.599	20.553
2017	5.218	19.599	24.817
2018	10.586	19.599	30.185
2019	17.672	19.599	37.271
2020	25.757	19.599	45.356
2021 em diante	96.586	39.196	135.782
	156.773	146.991	303.764

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
				Líquido	
Máquinas e equipamentos	20	5.464	(2.126)	3.338	2.842
Móveis e utensílios	5	551	(289)	262	301
Instalações	25	88	(4)	84	73
Veículos	20	1.747	(592)	1.155	1.495
Obras em andamento	-	2.647	-	2.647	2.764
Outros	-	-	-	-	2
		10.497	(3.011)	7.486	7.477

b) Movimentação

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Saldo no início do semestre/exercício	7.477	1.799
(+) Adições	961	8.544
(-) Baixas por alienações	(76)	(1.548)
(-) Depreciação	(876)	(1.318)
Saldo no final do semestre/exercício	7.486	7.477

Notas Explicativas

12. Intangível

a) Composição

			30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
	Custo	Amortização Acumulada		Líquido
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	337.476	(25.227)	312.249	302.510
Pavimentações e conservação especial	408.711	(34.332)	374.379	366.497
Hardware equipamentos de pedágio	73.652	(9.100)	64.552	57.972
Demais melhorias e ampliações	333.075	(13.636)	319.439	306.984
Desapropriações	121.214	(4.537)	116.677	101.893
Máquinas e equipamentos	3.262	(598)	2.664	2.653
Móveis e utensílios	1.966	(271)	1.695	1.715
Veículos	283	(21)	262	479
Meio ambiente e elementos de segurança	35.353	(2.203)	33.150	32.257
Obras em andamento	220.951	-	220.951	239.182
	1.535.943	(89.925)	1.446.018	1.412.142
Outros intangíveis (ii)				
Direito de outorga da concessão	1.337.238	(181.707)	1.155.531	1.169.544
Softwares adquiridos de terceiros (*)	951	(508)	443	390
	1.338.189	(182.215)	1.155.974	1.169.934
	2.874.132	(272.140)	2.601.992	2.582.076

(*) A taxa utilizada para amortização de *Softwares* adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

(i) Intangível – Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda (Nota 3 (e)) visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado, periodicamente revisadas.

O montante do custo está majorado pela margem de construção, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01.

(ii) Outros intangíveis

Direito de outorga correspondente à obtenção de concessão para exploração do Sistema Rodoviário, sendo amortizado pela projeção da curva de demanda (Nota 3 (e)) limitado ao tempo do contrato.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo por ele estabelecido em cada contrato.

Notas Explicativas

b) Movimentação

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software (*)	Total
Custo	1.490.869	1.337.238	755	2.828.862
Baixas, líquidas de amortização	(2.907)	-	-	(2.907)
Amortização acumulada	(75.820)	(167.694)	(365)	(243.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.412.142	1.169.544	390	2.582.076
Aquisições	48.446	-	193	48.639
Baixas, líquidas de amortização	(225)	-	-	(225)
Amortização	(14.342)	(14.014)	(142)	(28.498)
Saldo contábil	1.446.021	1.155.530	441	2.601.992
Custo	1.539.315	1.337.238	948	2.877.501
Baixas, líquidas de amortização	(3.132)	-	-	(3.132)
Amortização acumulada	(90.162)	(181.708)	(507)	(272.377)
Saldo em 30 de junho de 2015	1.446.021	1.155.530	441	2.601.992

(*) Taxa utilizada para amortização de Software é de 20% a.a.

13. Empréstimos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,32% / IPCA + 9,60% / IPCA + 8,66%	378.379	404.987
Debêntures (b)	R\$	IPCA + 9,57%	1.570.743	1.503.156
Custos a amortizar (c)	R\$		(39.960)	(42.577)
			1.909.162	1.865.566
(-) Passivo circulante				
Empréstimos BNDES			(61.261)	(59.012)
Debêntures			(140.733)	(127.825)
			(201.994)	(186.837)
Passivo não circulante				
Empréstimo BNDES			314.939	343.500
Debêntures			1.392.229	1.335.229
Passivo não circulante			1.707.168	1.678.729
			(1.909.162)	(1.865.566)

(a) BNDES

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a. e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + Taxa de Referência + 2,32% a.a.. No semestre findo em 30 de junho de 2015, não houve liberação de valor, sendo que o acumulado de liberações efetuadas pelo BNDES é de R\$ 478.595. A amortização é realizada pelo pagamento mensal desde outubro de 2010. Abaixo a composição dos vencimentos:

Vencimento	Encargos (% a.a.)	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
jul/18	TJLP + 2,32%	2.206	2.563
abr/21	TJLP + 2,32%	121.492	131.881
mai/22	IPCA + 9,60%	48.839	54.910
abr/23	TJLP + 2,32%	155.279	165.160
abr/25	TJLP + 2,32%	50.563	50.473
		378.379	404.987

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito são destinados a realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I.

Notas Explicativas

(b) Debêntures

Em 10 de julho de 2012, foi aprovado pelos debenturistas o 3º aditivo da escritura de debêntures, prolongando o prazo de vencimento para mais 24 meses, passando os vencimentos finais para 15 de janeiro de 2024, para as debêntures de primeira série, e 15 de julho de 2024, para as debêntures de segunda série. Também foram alterados os prazos para pagamento da primeira parcela do valor nominal unitário das debêntures.

A composição da operação da escrituração de debêntures aberto em 30 de junho de 2015 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
junho-10	1ª série	550.000	até janeiro-24	IPCA + 9,57%	758.770	772.151
junho-10	2ª série	550.000	até julho-24	IPCA + 9,57%	811.973	731.005
					1.570.743	1.503.156

O valor nominal unitário atualizado das debêntures de primeira e segunda série será amortizado anualmente, juntamente com a remuneração, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização da Primeira Série	(i)	Datas de Amortização da Segunda Série	(ii)
janeiro de 2015	3,00%	julho de 2015	2,00%
janeiro de 2016	4,00%	julho de 2016	4,00%
janeiro de 2017	3,00%	julho de 2017	5,00%
janeiro de 2018	5,00%	julho de 2018	3,00%
janeiro de 2019	2,50%	julho de 2019	4,00%
janeiro de 2020	5,50%	julho de 2020	9,00%
janeiro de 2021	10,00%	julho de 2021	13,00%
janeiro de 2022	19,00%	julho de 2022	16,00%
janeiro de 2023	21,00%	julho de 2023	19,00%
janeiro de 2024	26,00%	julho de 2024	23,00%

- (i) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da primeira série a ser amortizado;
- (ii) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da segunda série a ser amortizado.

(c) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	Debêntures	BNDES	30 de junho de 2015 Total	31 de dezembro de 2014 Total
Saldo no início do semestre/exercício	40.102	2.475	42.577	40.696
(-) Amortizações	(2.322)	(295)	(2.617)	(4.832)
Custo de transação	-	-	-	6.713
Saldo no final do semestre/exercício	37.780	2.180	39.960	42.577

Notas Explicativas

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures	BNDES	Total
2016	2.404	239	2.643
2017	4.858	423	5.281
2018	4.874	344	5.218
2019	4.971	265	5.236
2020	4.893	184	5.077
2021	4.484	109	4.593
2022	3.573	55	3.628
2023	2.336	17	2.353
2024 em diante	627	6	633
	33.020	1.642	34.662

(d) Prazo de vencimento

O montante das operações das debêntures e BNDES de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
2016	50.912	103.877
2017	107.418	103.903
2018	107.184	103.681
2019	95.378	92.555
2020	156.186	149.838
2021	207.271	197.172
2022	292.290	276.876
2023	312.711	295.068
2024 em diante	377.818	355.759
	1.707.168	1.678.729

(i) Garantias

As debêntures e o financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

(ii) Principais compromissos assumidos (“*Covenants*”)

As cláusulas restritivas foram cumpridas pela Companhia em 30 de junho de 2015.

Notas Explicativas

14. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Composição

Os saldos de passivos em 30 de junho de 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado e investimentos do semestre findo em 30 de junho de 2015 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, respectivamente, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Passivo	Resultado de serviços prestados
Consórcio Corredor Dom Pedro I (i)	48.289	133
Odebrecht Transport S.A. ("OTP") (ii)	346.629	-
Em 30 de junho de 2015	394.918	133
Em 31 de dezembro de 2014	362.797	34.336

(i) Consórcio Corredor Dom Pedro I

O Consórcio Corredor Dom Pedro I, formado pelas empresas Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNO Brasil") e a CNO, detém todos os seus direitos, responsabilidades e obrigações sobre o contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

O valor da transação com o Consórcio Corredor Dom Pedro I refere-se ao investimento realizado pela Companhia, no semestre findo em 30 de junho de 2015, para manutenção e ampliação do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I.

(ii) OTP

Em 20 de setembro de 2013, a Companhia celebrou contrato de mútuo no valor total de R\$ 300.000 com sua controladora, que será atualizado pela variação da inflação mais juros remuneratórios de 6,70% a.a.. Em 30 de junho de 2015, a Companhia registrou valor de mútuo com partes relacionadas de R\$ 346.629 (31 de dezembro de 2014, R\$ 314.508).

O pagamento dos juros será realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a liquidação do valor total do mútuo, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025.

Os recursos captados através desta operação de mútuo deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos.

Notas Explicativas

(b) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários da Companhia nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, totalizaram os montantes de R\$ 2.105 e R\$ 1.716, respectivamente.

15. Contingências e provisões para causas judiciais

Em 30 de junho de 2015, a Companhia apresenta provisão no montante de R\$ 129 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 132) relacionada às contingências trabalhistas e previdenciárias e R\$ 184 em reclamações cíveis (31 de dezembro de 2014 - R\$ 218), baseado na expectativa dos seus assessores jurídicos.

A Companhia também tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 4.641 em 30 de junho de 2015 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 5.191).

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação. A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela OTP e indiretamente pela ODB.

b) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Reserva de dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia, foi calculada nos termos da Lei nº. 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197.

Em 31 de dezembro de 2014 a investidora OTP, representante de 100% do capital social da Companhia, formalizou à administração da Companhia a sua intenção de aprovar a não distribuição de dividendo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

Notas Explicativas

17. Receita

	2015	2014
Receita de obra de infraestrutura (Nota 2 (p(ii)))	48.446	156.111
Receita de operação	-	-
Receitas em numerário	70.501	70.930
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (i)	182.466	179.129
Receitas de vale pedágio (ii)	15.039	16.073
Outras receitas	2.355	2.116
	270.361	268.248
Receita total	318.807	424.359
Abatimentos sobre receitas de pedágio	(12)	-
Tributos sobre serviços de operação	(23.464)	(23.278)
	295.331	401.081

- (i) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI (“Automatic Vehicle Identification”) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada;
- (ii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

18. Custos dos serviços

	2015	2014
Amortização do direito de outorga	(14.014)	(13.920)
Depreciação, amortização do intangível	(15.360)	(11.381)
Provisão de conserva especial	(316)	(282)
Gerenciamento, manutenção e conservação da Rodovia	(11.293)	(10.156)
Salários	(10.826)	(11.902)
Outorga variável	(4.056)	(4.023)
Gastos gerais	(5.375)	(5.452)
Serviços de terceiros	(2.366)	(2.786)
Seguros	(2.176)	(2.245)
Atendimento pré hospitalar	(2.529)	(2.445)
Guincho	(2.420)	(2.415)
Materiais	(974)	(1.486)
	(71.705)	(68.493)
Custo de obra de infraestrutura	(47.963)	(154.550)
	(119.668)	(223.043)

19. Despesas gerais e administrativas

	2015	2014
Salários e encargos	(7.041)	(7.293)
Serviços de terceiros	(4.139)	(5.240)
Outros	(146)	(384)
	(11.326)	(12.917)

Notas Explicativas

20. Resultado financeiro, líquido

	2015	2014
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre empréstimos e mútuo	(211.149)	(164.552)
IOF sobre empréstimos tomados		(774)
Comissões bancárias sobre empréstimos	(864)	(1.733)
Outras	(301)	(2.833)
	(212.314)	(169.892)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	13.849	16.689
	(198.465)	(153.203)

21. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2015	2014
(Prejuízo) lucro antes dos impostos	(36.285)	9.598
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	12.337	(3.263)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(11)	(31)
Outros		111
Total de IR e CSLL diferidos	12.326	(3.183)

22. (Prejuízo) lucro por ação

Básico

O (prejuízo) lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os semestres findos em 30 de junho.

	2015	2014
(Prejuízo) lucro do semestre	(23.959)	6.415
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	556.799	556.799
(Prejuízo) lucro básico por lote de mil ações	(43,03)	11,52

(a) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

23. Seguros

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguros garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2015, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Seguro de Veículo	(*)
Garantia de Concessões Públicas	265.229
Seguro de Rodovia	339.922
Responsabilidade Civil	71.000
Risco de Engenharia	201.802

(*) 100% a 110% da Tabela FIPE.

24. Evento subsequente

- **Reajuste de tarifa de pedágio**

A partir de 1º de julho de 2015, entrarão em vigor as novas tarifas de pedágio nas rodovias administradas pela Companhia. O reajuste nas tarifas de pedágio foi de 8,472943% sendo autorizado em 27 de junho de 2015 pela ARTESP, através de Deliberação do seu Conselho Diretor e publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

- **Pagamento das Debêntures**

Em 15 de julho de 2015, a Companhia liquidou a quinta parcela referente à segunda série das debêntures no montante de R\$ 87.014.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A receita líquida da Companhia atingiu o total de R\$ 151.774 mil, que representa redução de 19,4% abaixo do projetado, levado principalmente pela redução da Receita de Construção.

O EBITDA fechou o trimestre abaixo do projetado, resultando em uma queda de 11,1%, devido à queda da Receita de Pedágio, que foi atenuada pela melhora nos Custos e Despesas.

Os investimentos do período realizaram abaixo do previsto, atingindo o total de R\$ 24.653 mil. Esta redução se deu pela postergação de algumas obras previstas para este trimestre.

O caixa e equivalentes de caixa realizou abaixo do previsto em 32,4% devido, principalmente, ao não ingresso de financiamentos previstos.

Fonte das Projeções - Formulário de Referência divulgado em 29/05/2015.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos:

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

São Paulo – SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (Companhia), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária” e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 “Interim Financial Reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação destas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Responsabilidade dos auditores independentes

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e o período de seis meses findo em 30 de junho de 2014 apresentadas para fins comparativos, foram examinadas e revisadas por outros auditores independentes, cujos relatórios, datados de 26 de fevereiro de 2015 e 31 de julho de 2014, respectivamente, não continham ressalvas.

São Paulo, 27 de julho de 2015.

Daniel Gomes Maranhão Junior

Contador CRC 1SP-215.856/O-5

Edinilson Attizani

Contador CRC 1SP-293.919/O

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referente ao semestre findo em 30 de junho de 2015, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária referente ao semestre findo em 30 de junho de 2015.

Itatiba, 27 de julho de 2015.

Júlio Cesar Duarte Perdigão

Diretor-Presidente

José Roberto Dowsley Correia de Amorim Filho

Diretor-Administrativo, Financeiro e de

Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referente ao semestre findo em 30 de junho de 2015, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária referente ao semestre findo em 30 de junho de 2015.

Itatiba, 27 de julho de 2015.

Júlio Cesar Duarte Perdigão

Diretor-Presidente

José Roberto Dowsley Correia de Amorim Filho

Diretor-Administrativo, Financeiro e de

Relação com Investidores